



# Ensino e Participação Democrática

António Teixeira Fernandes \*

Na caracterização das actuais sociedades, diversos critérios têm sido usados. São recorrentes, entre outras, as designações de sociedades pós-industriais, sociedades da informação e sociedades programadas. Graus crescentes de complexificação atingem a vida colectiva. A actividade social e a participação política implicam o domínio de diversos capitais, dos quais se destacam os capitais escolar e cultural.

A publicitação recente de um estudo empírico sobre graus de literacia da população — o primeiro realizado em Portugal — veio revelar uma situação que muitos estavam longe de imaginar. Apesar da escolarização — que mesmo esta alguns pretendem fazer crer que é geral —, as pessoas mostram particulares dificuldades na utilização de material escrito e no uso de competências indispensáveis à existência em sociedade. Este facto diminui a capacidade de participação na vida colectiva democrática.

Daquele estudo, certos elementos merecem ser retidos. Segundo os dados do Censo de 1991, 17,8% da população (entre os 15 e os 64 anos) não sabem ler; 38,30% têm apenas o 1º ciclo do ensino básico (4 anos de escolaridade); cerca de 73% atingem o máximo de 6 anos de escolaridade; somente 5,40% possuem o ensino superior. Estes níveis de escolarização aparecem como extremamente baixos, comparados com os padrões europeus.

Os resultados do estudo sobre a auto-avaliação de literacia («capacidade de processamento da informação escrita na vida quotidiana») reforçam os traços do quadro sombrio fornecido pelo Censo. Utilizando uma dupla escala — a escala de dificuldade das tarefas e a escala de aptidão dos indivíduos — foram determinados 5 níveis de literacia, pelos quais se distribui a população. No nível 0 (aqueles que revelam total incapacidade para resolver qualquer das tarefas) estão 10,30% dos inquiridos. No nível 1 (em que as tarefas são pouco exigentes em termos de competências), encontram-se 37%. Com exigências de processamento de informação sucessivamente mais elaboradas aparecem os níveis 2 com 32,10%, 3 com 12,70% e 4 com 7,90% da população em estudo<sup>1</sup>. Nas sociedades actuais em que, com o progresso científico-tecnológico, cresce a complexidade social, as pessoas necessitam de incorporar conhecimentos não só mais alargados como sobretudo mais dinâmicos, prolongando-se a duração da sua educação. Sendo os níveis de literacia também uma função das exigências das sociedades nos seus sucessivos estados de desenvolvimento, aqueles resultados são bem reveladores das dificuldades com que Portugal se confronta e dos desafios enormes que lhe são postos. Ainda que se tenha

\* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *Estudo Nacional de Literacia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Outubro de 1995 (Relatório Preliminar, policopiado).

entrado na Europa, não parece estar-se ainda na Europa. Consequentemente, poder-se-á participar, mas, enquanto não forem superados aqueles desafios, dificilmente se fará parte.

Um número considerável de pessoas não possui a capacidade e as competências indispensáveis ao uso da informação escrita cada vez mais necessária à vivência em sociedade. Vai dominando, contudo, na mentalidade geral, a ideia de que Portugal faz parte do concerto das Nações europeias e de que participa dos níveis culturais aí existentes. É reconhecido, por outro lado, que a cultura é uma condição essencial à qualidade de vida e à actividade democrática. O conflito entre estes diversos elementos torna-se claramente manifesto.

A esta situação poder-se-á juntar uma outra variável. Não parece existir uma relação, nem necessária nem linear, entre os graus de escolarização e os níveis de literacia. Será lógico pensar-se, e há evidência empírica a confirmá-lo, que quanto mais prolongada é a instrução melhores são os níveis de literacia. Mas tais níveis são ainda uma função do uso da informação que o quotidiano estimula e dos procedimentos utilizados no processo de aprendizagem. Ora, nem a vida social é sempre de molde a exigir desenvolvidas capacidades no processamento da informação escrita, nem a escola transmite, de forma geral, conhecimentos suficientemente dialectizados, susceptíveis de alimentar um processo contínuo de aprendizagem/socialização ao longo da existência. Consequências graves advêm daí para a vida colectiva. Sendo extremamente elevados os graus de analfabetismo funcional, as pessoas não dispõem de competências fundamentais ao exercício da cidadania plena.

Tal estado de coisas levanta sérios problemas, antes de mais, à sociedade. Se os níveis de literacia são baixos e se não existe uma relação necessária entre eles e a generalização da alfabetização, então a existência social, em seus diversos domínios e sectores, no que ela traz de crescimento de complexidade na sociedade, é acompanhada de muitas disfunções. Estão em causa o desenvolvimento e a modernização do país. Embora Portugal tenha atingido uma elevada integração política, enquanto nação, a sociedade global aparece por toda a parte dualizada, tanto em regiões ruralizadas como em zonas urbanizadas. Tendem a coexistir espaços decididamente europeus ao lado de outros que são típicos do Terceiro Mundo. Neste recanto periférico do Continente, Portugal entra na Europa ao mesmo tempo que a Europa entra em África. Vivem lado a lado mundos diferentes que, por vezes, se repelem uns aos outros e que apenas se toleram na inevitabilidade de uma sociedade que não tem conseguido gizar um projecto colectivo capaz de a aproximar, de forma integrada e coerente, dos níveis europeus de desenvolvimento. Não se trata somente da ausência de políticas adequadas, mas ainda de uma suficiente e esclarecida consciência colectiva da cidadania. Nesta situação, mesmo que se

intensifique a alfabetização, as pessoas tendem a cair rapidamente no analfabetismo funcional, pelo não uso de competências adquiridas na escola.

Mas o processo de alfabetização deve ser ele mesmo questionado. O ensino ministrado na escola parece estar menos voltado para o desenvolvimento de capacidades do que para a acumulação de conhecimentos. O estudo dos níveis de literacia devia ser completado com uma investigação voltada para a análise do processo ensino/aprendizagem. Os resultados de algumas pesquisas realizadas em centros urbanos mostram que os alunos não gostam da escola. Esta tende a ser um lugar de passagem, sem que nela aqueles se invistam totalmente. O ensino dá origem, de ordinário, a uma atitude passiva face aos conhecimentos que são transmitidos, sem promover um movimento de verdadeira autonomização da pessoa e sem fomentar um espírito crítico. O quotidiano estudantil é feito de fugas à escola, no seu sentido real e no seu sentido figurado. O ambiente escolar não constitui um espaço social e cultural onde se cruzam desafios que são postos à sociedade e projectos de pessoas que pretendem trazer valor acrescentado à mudança social. A escola não é um espaço de cultura e de educação, mas de mera informação fria e rotineira. Na medida em que tal imagem reflecte a realidade de muitas situações, ela torna-se estranha e não põe em acção os dinamismos juvenis.

A alteração das condições sociais, de modo que as competências adquiridas sejam permanentemente postas em acção, será o resultado de um lento processo. São imprescindíveis políticas susceptíveis de modernizar a sociedade. Mas, para além das políticas ou sobretudo paralelamente a elas, compete à sociedade civil vencer as suas inércias, superar as suas rotinas e apostar na inovação, apoiada por um Estado que sabe auto-conter-se e exercer o papel de mero controlador de contexto. Um Estado que faz crescer a concentração e o autoritarismo só pode promover a crescente passividade da sociedade.

Tem aumentado a convicção geral de que, em Portugal, existe um sistema de ensino perfeitamente desarticulado, desde o ensino básico ao universitário. Os níveis superiores vêm recebendo progressivamente alunos insuficientemente preparados para tarefas que lhes são pedidas. Mas esses níveis são também acusados de não prepararem adequadamente aqueles que são depois constituídos em agentes educativos nos níveis inferior e médios. Gera-se um círculo vicioso que se vai perpetuando, com tendência para um sucessivo agravamento. O sistema produz crescente entropia que perturba a articulação entre os seus diversos elementos e o funcionamento no seu todo.

Enquanto os níveis básico e secundário se preocupam, por vezes, com a armazenagem de conhecimentos por parte dos alunos, fazendo especial apelo à memória, o ensino superior tende a reproduzir os níveis inferiores, oferecendo planos curriculares rígidos, sem a indispensável flexibilidade, e exigindo o cumprimento dos mesmos planos,

privilegiando frequentemente a quantidade sobre o aprofundamento das matérias e o desenvolvimento das capacidades.

Se são baixos os níveis de literacia em Portugal e se a educação e a formação constituem a condição *sine qua non* da modernização da sociedade, o investimento no ensino surge como a primeira prioridade. O sistema necessita certamente de um profundo reexame e as práticas pedagógicas precisam de ser readequadas. Mas também o sistema de ensino no seu todo não pode deixar de ser articulado com os níveis de desenvolvimento existentes ou desejados para a sociedade. A escola é uma função da sociedade, do mesmo modo que esta é uma função daquela. A sociedade tem que entrar na escola para que a escola prepare para a sociedade. Porque a juventude de hoje não encontra futuro à sua frente, tem dificuldade em situar-se na sociedade. Ora, sendo juventude sem sociedade, tem de ser necessariamente juventude sem escola. Esta possui um carácter meramente instrumental de uma sociedade que não se sabe bem o que seja, sem ser lugar de intensificação de convivalidades, de reforço de ligames sociais, de crescimento em cultura e em solidariedade, com vista num mundo que emerge continuamente.

Para que os conhecimentos sejam suficientemente incorporados e possam ser, em permanência, dinamizados no quotidiano e não ocorram fenómenos regressivos de queda em estados de analfabetismo funcional, àquela incorporação deve juntar-se uma verdadeira capacidade crítica. Tal preocupação não pode estar, em exclusivo, presente no ensino superior. Importa ser activada em níveis inferiores de escolaridade.

Não há, contudo, desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos, se não existe, por parte dos docentes, uma correspondente acção de dinamização e de dialectização dos próprios conhecimentos. Ensina bem quem investiga melhor. O ensino/aprendizagem torna-se, deste modo, procura, descoberta, nos docentes e nos alunos. Estes, com a sua natural curiosidade de espíritos que se abrem para o mundo, desejosos de conhecer o como e o *porquê* das coisas, são exercitados no método experimental, na base do qual se forma uma atitude científica. E unicamente uma atitude científica gera os mecanismos de mudança necessários à modernização da sociedade. O ensino limitado a uma simples transmissão passiva de conhecimento, em que o aluno toma uma postura igualmente apática, é um ensino a-crítico e defensivo, transformado em mecanismo incapaz de gerar as respostas necessárias ao longo da vida dos indivíduos, nas diversas situações em que são colocados. A ciência estiola na estufa das suas defesas. Ela desenvolve-se através da evidência racional e da evidência empírica a céu aberto da crítica.